



## **Reunião das entidades representativas da Cultura com o Ministro Juca Ferreira**

Data: 3 de julho de 2015

Horário 11h

Local: Sala de Reuniões do Ministro

Participantes:

Pelo MinC:

Juca Ferreira, João Brant, Elaine Souza, Gilton Matos, Helenise Brant, Marielle Ramos.

Pelos Servidores:

Leonardo Barreto (Asphan), Lucineide Leôncio (Asphan), Angelo Lima (AsMinC), Sergio Pinto (DEC/Condsef), Julia Guedes (Asserte), Jussara Griffó (Condsef), Maria Gabriela Gomes (ASPAC), Lia Ramos Jordão (ASBN).

Jussara Griffó abre a reunião informando que o Fórum das Entidades foi chamado pelo Ministério do Planejamento para apresentar uma proposta geral de reajuste para as categorias que estão dentro do pauta geral da Condsef (21%, em quatro anos). Ela explica que a Cultura não entra nessa proposta porque apresentou uma pauta específica (protocolada no MPOG durante a greve de 2014 e mais uma vez protocolada no MPOG no processo negocial em curso). A expectativa é de que a pauta específica da Cultura seja tratada em reunião a ser marcada pelo MPOG a partir do dia 7 de julho.

Lia Jordão entrega ao Ministro, em mãos a Carta Aberta do Fórum da Cultura enviada por meio eletrônico na véspera, dia 2 de julho, ao Ministro da Cultura e aos presidentes das instituições vinculadas. (carta em anexo).

Leonardo Barreto também entrega ao Ministro a Carta nº 1 de 2015-ASPHAN, endereçada à presidente do IPHAN, Sra. Jurema Machado, que trata do enquadramento dos arquitetos e engenheiros do IPHAN na Lei 12.277 (vide site da ASPHAN). Leonardo explica ao Ministro sobre a política de gestão implementada pelo MPOG que originou as chamadas “Carreiras transversais”, contemplando determinadas formações técnicas com gratificações específicas. Tal procedimento criou discrepâncias entre profissionais de nível superior dentro dos órgãos e autarquias. Apesar de considerarmos um grave equívoco administrativo, não é justo que os colegas contemplados na citada Lei não estejam recebendo esta gratificação como ocorre em outros órgãos públicos. A justificativa para que o IPHAN não esteja realizando o pagamento baseia-se somente em erro formal de nomenclatura, pois estes profissionais encontram-se enquadrados como técnicos, e esta designação tem levado ao subterfúgio administrativo de não serem reconhecidos como possuidores das atribuições de nível superior. Informa que apesar do MPOG ter negado administrativamente o acolhimento do pleito dos servidores, existem muitos processos tramitando na justiça, que têm recebido sistemáticas sentenças favoráveis aos arquitetos e engenheiros. Leonardo apresenta os principais pontos do parecer da Procuradoria Federal no IPHAN, que negou os argumentos pró-enquadramento, o que causou imenso mal estar entre os funcionários, na medida em que nega a condição de arquitetos e engenheiros destes, quando é público e notório que trabalham e assinam como tais. Informa também que os servidores estão propensos a interromper suas atividades, porque se não são reconhecidos pelo próprio IPHAN como arquitetos e engenheiros, não podem executar suas funções. Ao ser questionado sobre seu posicionamento em relação aos pareceres referentes a Lei 12277/10, o Ministro esclareceu que não tinha conhecimento aprofundado dos mesmos, contudo reconhecia



que os servidores exercem de fato as atribuições de Arquitetos e Engenheiros no IPHAN, atuando nesta área de conhecimento específico.

Gilton insiste que isso deve ser um encaminhamento da pauta geral da Condsef, visto que atinge não só servidores da Cultura, mas de muitas outras categorias. Os servidores pedem o apoio do Ministério nessa questão. Ministro se compromete a apoiar a pauta, a partir dos encaminhamentos da Condsef.

Sobre a proposta feita pelo MPOG em resposta à pauta geral da Condsef, Leonardo ressalta que considera aquela proposta somente destinada aos que possuem base de vencimentos mais elevada e que ainda estamos aguardando uma proposta para a Cultura. Lembra que o reajuste proposto pelo governo ao incidir sobre vencimentos de 13 mil reais é muito diferente de 5% sobre 4 mil reais, que é a realidade de servidores da Cultura. Essa proposta aumentará as distorções entre as carreiras do Poder Executivo Federal.

Ministro diz que há uma tendência no Governo (diferente da sua primeira gestão no MinC) de tratar todas as categorias por igual.

Lia ressalta que não haveria problema nenhum nisso, se não houvesse uma imensa desigualdade entre as carreiras do serviço público federal, desigualdade que se aprofundou nos últimos 12 anos.

Sergio Pinto ressalta que a articulação política do MinC é fundamental para o alcance de todos os itens da pauta específica da Cultura: tabela salarial, plano de carreira (adicional de titulação e qualificação, racionalização de cargos).

**Como encaminhamento, concluiu-se que existe uma demanda emergencial por alteração de tabela salarial, que está sendo encaminhada pela Condsef no âmbito da campanha salarial de 2015. O Ministério apoia a melhoria da remuneração dos servidores da Cultura, entendida como necessária para o fortalecimento do Ministério. Essa demanda é o foco no curto prazo, sem excluir o encaminhamento, a médio prazo, da demanda por um Plano de Carreira para a Cultura.**

**Estabeleceu-se proposta conjunta de agenda para formalização de um grupo encarregado de apresentar plano de carreira, consolidando a partir das propostas de plano de carreira já elaboradas (planos de 2005, IPHAN, Funarte, etc) tendo como prazo final outubro deste ano, de modo a dar os encaminhamentos necessários. Em seguida passou-se para a discussão do GPCOT (Grupo Permanente de Discussão de Condições de Trabalho).**

Os servidores informam o Ministro sobre a proposta e o processo de instituição do GPCOT, que vem sendo discutido diretamente com o Secretário Executivo João Brant (nesse momento, ainda ausente na reunião) e o Secretário de Gestão de Pessoas, Gilton Matos.

Os servidores relatam o estranhamento causado pela informação de que a direção da Funarte havia convidado uma servidora para ser representante dos servidores no Grupo.

Após as explicações, ficou esclarecido que houve um mal entendido e que a Funarte deverá esperar a publicação da portaria para quaisquer encaminhamentos. O Ministro reforça a sua



posição de que representante de trabalhador é representante de trabalhador, e desta forma reafirma o compromisso de que os processos de escolha da composição do GPCOT respeitarão o princípio da representação dos servidores. Deste modo, solicita ao Gilton que toda a comunicação fique centralizada no MinC, para evitar novos mal entendidos.

Maria Gabriela pergunta sobre a participação da ANCINE no GPCOT, que na última reunião com João Brant ainda estava pendente de resposta, visto que o Secretário não tinha tido oportunidade de conversar com a direção da ANCINE sobre o assunto.

João Brant, que acabara de chegar, fala que a situação permanece pendente de confirmação da participação da ANCINE. Maria Gabriela afirma que a participação da ASPAC no GPCOT não deve ser afastada e argumenta que, embora os servidores da ANCINE não compartilhem o mesmo plano de cargos e tabela salarial que os demais servidores da Cultura, muitas das questões que serão tratadas no âmbito do GPCOT, como capacitação, condições de trabalho e democratização de gestão, são comuns a todos (mencionando, como exemplos, as questões do diretor servidor e da participação de técnicos em cursos de pós-graduação). Além disso, embora a ANCINE esteja inserida no conjunto das agências de regulação, seus servidores são também servidores da cultura e devem ter seu lugar neste grupo, juntamente com os demais integrantes do sistema MinC e do Fórum da Cultura.

Brant informa que a questão ainda está pendente, não está fechada, ainda conversará com o Ministro para conhecer sua posição. Afirma, entretanto, seu empenho em encontrar uma forma adequada para inserir a ANCINE nessa instância. Perguntado, Brant informou que a redação da portaria, conforme está colocada no momento, contempla totalmente a ASPAC e a ANCINE, no caso de confirmada a participação desta última no grupo.

Julia Guedes traz alguns pontos referentes à Funarte. Apresenta a questão da jornada de trabalho dos jornalistas da Funarte, lembra que já protocolou ofício da Asserte a esse respeito no MinC, com cópia para o secretário Gilton Matos. O Ministro, entretanto, não recebeu o referido ofício. Júlia explica que a Funarte não cumpre a legislação trabalhista específica da categoria, que reserva aos jornalistas profissionais a jornada de 5 horas diárias, perfazendo uma jornada semanal de 25 horas. Esta jornada é praticada no próprio MinC, mas na Funarte não. Júlia informa que esta consulta está tramitando no Ministério do Planejamento, sem resultado. Pede apoio do Ministério.

**Ministro solicita a Gilton que dê o encaminhamento cabível à questão, de forma a resolver o caso.**

Leonardo informa ao Ministro que a Asphan entrou com representação no MPF e vão fazer tudo o que estiver ao alcance judicialmente para impedir mais uma contratação de servidores temporários no IPHAN, ganhando o dobro dos servidores de carreira, sendo treinados por estes. Diz que a contratação de temporários, uma prática que tem se tornado permanente, causa um mal estar enorme entre os servidores, diminui a produtividade e tem como efeito direto a perda da memória técnica institucional pela não ocorrência de seu repasse. Acredita ser este fato bastante grave e com danos irreversíveis. Esta pode ser uma prática que favorece a gestão, mas que não pode se constituir em política de gestão de RH para a área do Patrimônio Cultural. Salienta que a esta solução “emergencial” vem ocorrendo desde 2008.



João Brant informa que teve uma conversa preliminar com o MPOG, que até o momento só autorizou para o MinC um único concurso, que é para o IPHAN, com 114 vagas (haviam pedido mais de 400 vagas), e que mesmo as 114 vagas foram derrubadas no Congresso Nacional na hora da aprovação do orçamento da União. O MPOG diz que pode atender à solicitação de concurso de reposição. Conversou ontem com Genildo Lins (MPOG), para quem enfatizou a urgência de ter mais concurso de reposição. Há um empenho do Ministério de fazer os concursos acontecerem.

Os servidores salientam que enquanto o MinC aceitar gambiarras e fizer manobras para resolver problemas que são resultantes da política imposta pelo Ministério do Planejamento, como é o caso da contratação de temporários para fazer trabalhos que deveriam ser feitos pelo corpo de servidores permanentes, nada será resolvido.

Ministro argumenta que é justamente o contrário. Relata que vai ao Parlamento e lá ouve dos parlamentares que não vão colocar recurso em emendas para o MinC porque o MinC tem uma baixa execução dos recursos. Nesse sentido, ele defende que o Ministério tem que produzir apesar das condições colocadas, porque do contrário o resultado é ainda mais enfraquecimento, piorando a situação. Como exemplo, Juca menciona a PEC 251, que pretende tirar da FUNAI a competência sobre a demarcação de terras indígenas. Diz que há movimento análogo no Congresso para tirar do IPHAN a competência sobre o licenciamento de obras, sob o argumento de que os licenciamentos demoram a sair. O Iphan também tem sofrido com as indicações políticas para a ocupação dos cargos em comissão. Ministro enfatiza também que fazer greve durante os grandes eventos, como a Copa e as Olimpíadas, é um tiro no pé, gerando efeito contrário ao esperado pelos servidores.

Lia reitera ao Ministro o que já havia dito ao João Brant na reunião anterior. Diz que os servidores esperam até agora a visita do Ministro à Biblioteca Nacional, a única das instituições vinculadas ao MinC que não recebeu a visita do Ministro e tampouco um ritual de confirmação do presidente o cargo. Diz que ainda esperam uma fala do Ministro sobre o que ele pretende para a Biblioteca Nacional ao longo do seu mandato. Lia ressalta que há um abismo entre a direção da casa e os servidores e junto a isso há um grave problema de comunicação interna. Os informes não chegam aos servidores. Apresenta, como exemplo, o evento de apresentação da obra do Capanema, para o qual vários dos servidores envolvidos diretamente não foram convidados, a despeito da orientação expressa da Secretaria Executiva do MinC. Estavam presentes todos os presidentes das vinculadas e Representação Regional do MinC (e uma servidora representando oficialmente a Fundação Cultural Palmares), à exceção da Biblioteca.

O Ministro afirma que o abismo é resultado da postura dos próprios servidores. Utiliza como exemplo manifestações agressivas contra o presidente no Facebook (referindo-se especificamente a uma página apócrifa intitulada “BN da Depressão”, que apareceu na rede social na época da posse do Ministro). Afirma que há uma disputa político-partidária levada a cabo por servidores da Biblioteca Nacional, que fazem oposição ao presidente.

Lia diz que, de parte da ASBN, não há qualquer representação político-partidária atuando e que, quanto às manifestações nas redes sociais, são ações isoladas que não refletem a postura da ASBN, e que espera que o Ministro compreenda desta forma.

**Ministro diz que irá à Biblioteca Nacional após o retorno do presidente Renato Lessa de seu afastamento de três meses, atualmente em curso, para realização de pós-doutorado.**



Angelo Lima ressalta a necessidade de encaminhar a pauta de gestão participativa dentro do Ministério.

**Ministro afirma que o instrumento para a gestão participativa está sendo criado através do GPCOT.**

Ministro se ausenta da reunião, que prossegue com João Brant para finalização da redação da portaria do GPCOT.

Primeiramente, Brant informa que o MPOG sinalizou, em reunião realizada na véspera, que não pretende aumentar ainda mais a diferença entre as carreiras do Poder Executivo Federal, o que foi interpretado por ele como uma sinalização de que haverá espaço para uma negociação específica com a Cultura.

**Após leitura e análise por todos do texto do GPCOT aprovado em segunda versão pelo Ministro, Brant informa que irá encaminhar para a CONJUR do Ministério e posterior publicação. Fica combinado que o DEC-CONDSEF será o canal de comunicação entre o MinC e os Servidores para este assunto.**